

# Pisani Plásticos S.A.

CNPJ: 87.833.737/0001-73  
NIRE 43 3 00019870

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade: A Administração da Pisani Plásticos S.A. submete à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 acompanhadas do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, Caxias do Sul, 22 de junho de 2018. A diretoria.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Em milhares de R\$				
Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
<b>Circulante</b>				
Caixa e equiv. de caixa	5	5.943	2.307	503
Instrum. financ. derivat.	21	-	478	589
Contas a rec. de clientes	6	39.610	37.847	40.175
Estoques	7	15.073	13.620	19.066
Impostos a recuperar	9	4.847	1.058	1.663
Adiantam. a forneced.	8	3.308	4.870	13.770
Despesas antecipadas		132	255	1.132
Ativo mantido para venda		632	1.218	2.656
Outros créditos		334	519	767
<b>Total do ativo circul.</b>		<b>69.879</b>	<b>62.171</b>	<b>80.321</b>
<b>Não Circulante</b>				
Instrum. Financ. Derivat.	21	-	-	2.810
Mútuo com partes relac.	19	6.431	3.147	-
Impostos a recuperar	9	170	337	572
Depósitos judiciais	11	2.590	2.444	2.011
Impostos difer. (IR/CSLL)	10	22.557	20.019	17.156
Prop. para Investimentos	13	21.699	21.699	21.699
Imobilizado	12	134.636	137.073	139.309
Intangível		23	8	8
<b>Total do ativo não circ.</b>		<b>188.106</b>	<b>184.728</b>	<b>184.864</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>257.985</b>	<b>246.899</b>	<b>264.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Em milhares de R\$

	Reservas de Lucros							Ajuste (Lucros de Aval. ou Prej. Patrim. Acum.)	Total	
	Capital Social	Ações em Tesour.	Reservas de capital	Reservas de trans. de capital	Reserva de incent. fiscais	Res. Legal	Res. ações prefer.			
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	19.200	(2.000)	(27.388)	108	2.413	1.319	4.834	8.393	0	6.879
Aj. de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído										
Impostos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial								(26.618)		(26.618)
<b>Em 1º de janeiro de 2016</b>	19.200	(2.000)	(27.388)	108	2.413	1.319	4.834	6.064	0	58.550
Reclassificação imposto diferidos s/ ago			2.788							
Realiz. de custos atribuído do imobilizado								(599)		(599)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído								203		203
Prejuízo Líquido do Exercício									(3.119)	(3.119)
Destinações										
Absorção de Prejuízos									(3.119)	(3.119)
<b>Saldos em 31/12/2016 - reapresentado nota 29</b>	19.200	(2.000)	(24.600)	108	2.413	1.319	(1.073)	59.668	0	55.035
Realização de custo atribuído do imobilizado								(599)		(599)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído								203		203
Lucro líquido do Exercício									171	171
Destinações										
Reserva Legal				9					(9)	-
Reserva p/ resgate de ações preferenciais						41			(41)	-
Reserva de retenção de lucros							121		(121)	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	19.200	(2.000)	(24.600)	108	2.422	1.360	(952)	59.272	-	54.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional: Objeto social: A Pisani Plásticos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul e tem como objeto social a industrialização, comércio, importação e exportação de produtos plásticos, prestação de serviços de injeção plástica a terceiros, fabricação, aluguel e venda de moldes, fabricação de peças para veículos automotores e participações em outras sociedades comerciais ou civis. O desempenho operacional do ano de 2017 foi impactado pela retração da economia brasileira, bem como pelas taxas de juros elevadas praticadas no mercado principalmente no início do exercício. A Companhia vem adotando estratégias de fortalecimento comercial, expandindo em novos segmentos de mercado, visando o aumento do desempenho operacional. 2 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações, máquinas e outros ativos imobilizados na data de transição. 1º de Janeiro de 2016, para adoção do pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de propriedade para investimento, e instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são:

**a. Declaração de conformidade (com relação às normas CPC PME):** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de maio de 2018. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos e edificações na data de transição, 1º de janeiro de 2016, para adoção inicial ao Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC PME, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e use premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 10 - Realização de impostos diferidos ativos; • Nota 13 - Valor justo de propriedades para investimento; • Nota 16 - Provisão para Contingências; • Nota 20 - Redução ao valor recuperável de contas a receber d. Realização de impostos diferidos ativos:** A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é normalmente de 5 anos. **e. Valor justo de propriedades para investimento:** O valor justo de propriedade para investimento baseia-se nos preços atuais de mercado para propriedades similares. O valor justo é determinado por uma avaliação feita por avaliadores independentes portadores de licença para avaliação reconhecida e pertinente (com experiência recente em avaliações de edifícios na mesma área em que os imóveis da Companhia estão localizados). **f. Contingências:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de se-

## Relatório da Administração

submete à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 acompanhadas do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, Caxias do Sul, 22 de junho de 2018. A diretoria.

Demonstração do Resultado do Exercício			Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016			2017		2016	
Em milhares de R\$						
	Nota	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	Reapres.	
<b>Receita</b>						
Custo dos prod. vend. e serv. prest.	22	168.174	176.303			
<b>Lucro Bruto</b>	24	(137.035)	(145.554)			
<b>Receitas e Desp. Operacionais</b>		<b>31.139</b>	<b>30.749</b>			
Com vendas	24	(7.815)	(7.224)			
Administrativas e gerais	24	(16.017)	(14.415)			
Outras receitas (desp.) operac.	23	3.156	1.134			
<b>Lucro antes do Result. Financeiro</b>		<b>10.463</b>	<b>10.244</b>			
Receitas financeiras	25	11.563	22.721			
Despesas financeiras	25	(31.776)	(39.509)			
<b>Prejuízo antes do IR e da CS</b>		<b>(9.750)</b>	<b>(6.544)</b>			
IR e contrib. social correntes	10	2.066	(35)			
IR e contrib. social diferidos	10	7.855	3.064			
<b>Lucro (Prej.) Líquido do Exercício</b>		<b>171</b>	<b>(3.515)</b>			
Lucro Líq. (Prej.) do Exerc. por lote de mil ações - R\$	26	0,011	(0,229)			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstração de Resultados Abrangentes			Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016		Em milhares de R\$	
	31/12/2017	31/12/2016				
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	171	(3.515)				
<b>Resultado abrangente total</b>	171	(3.515)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Prédios, benfeitorias e instalações	10 - 25 anos
Máquinas e equipamentos	3 - 10 anos
Móveis e utensílios	5 - 10 anos
Veículos	8 - 10 anos

**g. Redução ao valor recuperável de ativos: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e, consequentemente, a Companhia não possui provisão para irreversibilidade registrada nesses exercícios. **h. Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **i. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **k. Receita operacional: (i) Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **(ii) Serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados. **l. Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no mesmo período nas quais as despesas foram incorridas. **m. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação, os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. As aplicações financeiras são imediatamente convertíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A receita de juros é reconhecida no resultado,

	2017	2016
Caixa e bancos	4.095	1.312
Aplicações financeiras	1.848	995
	5.943	2.307

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia não possuem restrições para uso. **Aplicações financeiras:** As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação, os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. As aplicações financeiras são imediatamente convertíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa. **6 Contas a receber de clientes**

	2017	2016
Clientes a receber - mercado interno	38.510	28.567
Clientes a receber - exterior	2.422	10.776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(630)	(616)
Ajuste a valor presente	(692)	(880)
Total	39.610	37.847

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa 20. **7 Estoques**

	2017	2016
Produtos acabados	3.019	3.104
Produtos em elaboração	3.169	3.323
Materia s-primas	7.597	5.966
Materia para consumo	1.288	1.221
Estoque em trânsito	-	6
Total	15.073	13.620

A Companhia avalia e mensura as perdas calculadas sobre os itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando uma perda diretamente no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram identificados itens pela administração que necessitassem de provisão para perdas. **8 Adiantamentos a Fornecedores:** A Companhia possui adiantamento a fornecedores no montante de R\$ 3.308, sendo R\$ 2.871 referente a adiantamento para o setor automotivo e R\$ 437 referem-se a demais adiantamentos a fornecedores diversos, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.870 em 31 de dezembro de 2016). **9 Impostos a recuperar**

	2017	2016
<b>Circulante</b>		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	383	455
PIS/COFINS a recuperar	48	121
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica e CSLL - Contrib. s/ sobre lucro líquido	2.365	482
PIS/COFINS s/ PRODEPE	84	-
Credito INSS	1.967	-

CONTINUA >>>

	2017		2016		Saldo passivo em aberto em 31 de dezembro	
	Taxa de deprec. média pond. % a.a.	Valor líquido	Taxa de deprec. média pond. % a.a.	Valor líquido	2017	2016
Total	4.847	1.058			6.431	3.147
<b>Não circulante</b>					(110)	(110)
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	170	337				
Total	170	337				

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte: ICMS - Refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação, COFINS, PIS e IPI a recuperar - Decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas, utilizadas em produtos exportados e venda de produtos tributados à alíquota zero. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação de outros tributos federais ou mediante pedidos de ressarcimento. Imposto de renda e contribuição social a recuperar - São decorrentes de impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no exercício corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras. Crédito INSS - decorrem de créditos a ser compensado conforme processo judicial ativo da não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas indenizatórias e cooperativas de trabalho. **10 Imposto de renda e contribuição social: a. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	1º de janeiro de 2016
<b>Ativo e passivo não circulante</b>			
Diferenças temporárias	9.434	11.298	11.842
Aj. de avaliação patrimonial	(30.536)	(30.739)	(30.942)
Base negativa de IR e CS - Prejuízo fiscal	13.123	8.721	5.314
Total	(7.979)	(10.720)	(13.786)

**b. Movimento durante o período**

	Saldo em 2016	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2017
Provisões para contingências	167	(7)	160
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	209	5	214
Provisões para participação nos resultados	376	(124)	252
Comissões bloqueadas	316	(18)	298
Agio da incorporação	9.757	(1.626)	8.131
Outras diferenças temporárias	473	(94)	379
Base negativa de IR e CS - Prejuízo fiscal	8.721	4.402	13.123
IR/CS Diferido S/Valor justo das propriedades para investimento	(4.904)	(580)	(4.904)
IR/CS Diferido s/ Custo Atribuído	(25.835)	203	(25.632)
Total	(10.720)	2.161	(7.979)

**Adoção**

	Saldo em 2015 (nota 29)	Reap. em 2016	Em 1º de janeiro de 2016	Reconhec. no resultado	Saldo em 2016
Prov. para conting.	167		167		167
Prov. p/ créd. de liq. duvid.	209		209		209
Prov. p/partic. nos result.	476		476	(100)	376
Comissões bloqueadas	220		220	96	316
Agio da incorporação	11.151		11.151	(1.394)	9.757
Outras diferenças temporárias	(381)		(381)	854	473
Base Negat. de IR e CS - Prej. Fiscal	5.314		5.314	3.407	8.721
IR/CS Diferido S/Reavaliação Patrimonial	(4.324)	(580)	(4.904)		(4.904)
IR/CS Diferido S/Custo Atribuído	(26.038)	(26.038)		203	(25.835)
Total	12.832	(26.618)	(13.786)	3.066	(10.720)

Com exceção dos efeitos registrados devido à incorporação da Pisani Holding S.A., as demais movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos durante os exercícios demonstrados foram integralmente reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2017, foram reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 4.402, uma vez que a Companhia tem expectativa de realização do referido imposto nos próximos exercícios. As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2017 serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos anos, conforme demonstrado abaixo:

**Compensação de prejuízos fiscais**

Ano	2017	2016
2018	1.510	
2019	2.823	
2020	3.690	
2021	4.288	
2022	812	
Total	13.123	

**c. Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(9.750)	(6.544)
Base de cálculo	(9.750)	(6.544)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Prejuízo Fiscal e base negativa reconhecidas no período	4.402	3.407
IR Diferido s/Agio	(1.626)	(1.394)
Outros	(710)	813
Impostos de renda e contribuição social	2.066	(35)
Alíquota fiscal efetiva	21%	0%
Corrente	2.066	(35)
Diferido	7.855	3.064

**11 Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.590, líquidos de provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.444 em 31 de dezembro de 2016) relativos a demandas ajuizadas contra a Companhia. **12 Imobilizado:** Composição do ativo imobilizado A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está apresentada a seguir:

	2017		2016	
Itens	Taxa de deprec. média pond. % a.a.	Valor líquido	Taxa de deprec. média pond. % a.a.	Valor líquido
Terrenos	8%	578	8%	578
Prédios e benfeitorias	2%	14.697	2%	7.269
Instalações	5%	4.991	5%	1.791

**b. Movimentação do custo e depreciação:** A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia está apresentada abaixo:

	2017		2016		2015	
	Taxa de Deprec. % a.a.	Valor resid. liq. em 2016	Taxa de Deprec. % a.a.	Valor resid. liq. em 2015	Taxa de Deprec. % a.a.	Valor resid. liq. em 2014
<b>Itens</b>						
Terrenos	8%	578	8%	578	8%	578
Prédios e benfeitorias	2%	7.238	2%	7.238	2%	7.238
Instalações	5%	1.810	5%	1.810	5%	1.810
Máquinas e equipamentos	8%	48.098	8%	48.098	8%	48.098
Móveis e utensílios	16%	124	16%	124	16%	124
Veículos	12%	516	12%	516	12%	516
Equipamentos de informática	17%	312	17%	312	17%	312
Terrenos - Custo Atrib.		49.768		49.768		49.768
Prédios - Custo Atrib.		26.225		26.225		26.225
Imobilizações em andamento		2.404		2.404		2.404
<b>Total</b>		137.073		137.073		137.073

(\*) Referem-se a, principalmente, itens transferidos entre contas do grupo de imobilizado para ativo mantido para venda no ativo circulante. **Garantias** Em 31 de dezembro de 2017, existem bens dados como garantia de empréstimos e financiamentos.

**13 Propriedade para investimentos: a. Composição**

	2017		2016	
	Valor original	Saldo em 31 de dez. de 2017	Valor original	Saldo em 31 de dez. de 2016
Terreno localizado em Caxias do Sul/RS - BR 116 (i)	172	4.520	172	4.520
Terreno localizado em Caxias do Sul/RS - Rua Mansueto Bossardi - Lotes 1 e 43 (i)	16	361	16	361
Terreno localizado em Caxias do Sul/RS - Rua Mansueto Bossardi - Lote 41 (j)	117	2.573	117	2.573
Terreno e prédio localizado em Caxias do Sul/RS - Rua Angelina Michielon (ii)	6.980	6.960	6.980	6.960
Total	7.285	14.414	7.285	14.414

**c. Mensuração do valor justo:** O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por empresa independente de avaliações patrimoniais, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localização e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Empresas independentes fornecem o valor justo das propriedades para investimento da Companhia. **14 Empréstimos e financiamentos**

	2017		2016		
	Moeda / Encargos	Valor original	Valor justo	Valor original	Valor justo
<b>FINAME</b>	Real / 2,50% a.a.	219	360	292	574
<b>Operação 4131</b>	USD / Libor 7,92% a 7,92% a.a.	-	-	7.989	2.016
<b>BNDES</b>	Cesta de Moedas / 3,3% a 7% a.a.	-	-	-	47
<b>Adiantam. de câmbio</b>	USD / 5,54% a 10,15% a.a.	14.831	-	20.196	-
<b>Financiamento</b>	Real / CDI + 2,5% a.a.	26.107	51.681	723	52.306
<b>Capital Giro</b>	Real / CDI + 0,43% a.m.	860	932	6.977	9.292
<b>FINIMP</b>	USD e Euro + 2,2% a.a.	-	-	728	-
<b>Total</b>		42.017	52.973	36.952	64.188

Os empréstimos bancários vencem até 2023, compostos por operações Adiantamento de Câmbio com juros pré-fixados de 5,5% a 10,15% a.a. e vencimentos em até 12 meses, operações de capital de giro e financiamento com juros pré-fixados de 2,5% a 8,7% a.a. e variações pela taxa de juros de longo prazo. As linhas de Finame foram obtidas para financiar a expansão das atividades da Companhia. As operações que vencem dentro do ano são linhas que estão em processo de renegociação junto às instituições credoras. As garantias oferecidas aos financiamentos são terrenos e edificações (Nota 12). **Cláusulas contratuais: Covenants:** A Companhia possui contrato de empréstimo com cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem para cobertura de pagamentos de principal e encargos com o objeto garantidor da dívida, na ordem de 2,3 vezes a dívida líquida ajustada. Até o momento todos os covenants acordados com o Banco do Brasil S/A e demais instituições financeiras estão sendo cumpridos. **15 Impostos a recolher**

	2017	2016
<b>Circulante</b>		
IRRF/CSLL a recolher	362	336
ICMS/ICMS ST a pagar	1.219	3.089
PIS/COFINS a pagar	884	1.512
IPI a pagar	1.600	6.323
PERT Fazendário	1.547	-
Parcelamento de tributos	4.653	6.747
<b>Não-Circulante</b>		
PERT Fazendário	27.055	-
Parcelamento de tributos	16.746	14.263
Total	43.801	14.263

**Parcelamento de tributos:** Os parcelamentos existentes até a competência de 31/03/2017 foram cancelados e substituídos pela adesão ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária - MP 783/2017) em 120 (cento e vinte) parcelas mensais. Em novembro de 2017, a Companhia aderiu a um novo programa de parcelamento de Tributos Federais em 60 (sessenta) parcelas mensais. A partir do mês de junho de 2016, a Companhia aderiu também aos parcelamentos de Tributos Estaduais de ICMS para as UF de RS e SP. **16 Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas, li-

	2017		2016	
	Valor	Saldo em 31 de dezembro	Valor	Saldo em 31 de dezembro
<b>Partes relacionadas</b>				
Metalúrgica Forma Ltda.	6.431	3.147	6.431	3.147
Mútuo com sócios	(110)	(110)	(110)	(110)
<b>Total</b>	6.321	3.037	6.321	3.037

Durante o exercício de 2017, a Companhia concedeu empréstimo à Metalúrgica Forma Ltda., sendo o montante apresentado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 2.665. Durante o exercício de 2017, a Companhia registrou receita financeira no montante de R\$ 619, totalizando a receber R\$ 6.431 em 31 de dezembro de 2017, a qual é remunerada pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), acrescida de sobretaxa efetiva de 4% a.a. **20 Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos. **Contas a receber de clientes e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Consideramos que a Companhia possui sua carteira de cobrança pulverizada geograficamente, dessa forma não há concentração de risco de crédito significativo. Geograficamente não há concentração de risco de crédito. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada primeiramente pelo analista de crédito, que avalia a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e a avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. As aprovações de créditos são realizadas conforme tabela de alçadas fixadas em políticas. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco da Companhia ir encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui saldo suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **c. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI. **Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Exposição a preços de matéria prima:** O plástico é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional. **d. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Código de ética e conduta; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez é a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

**17 Fornecedores**

	2017	2016
Mercado interno	10.963	11.677
Mercado externo	-	-
Ajuste a valor presente	(65)	(73)
<b>Total circulante</b>	10.898	11.604

**18 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado, conforme disposto no Artigo 5º do estatuto social, é de 15.291.821 ações, sendo 7.666.821 ações ordinárias, 6.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 1.625.000 ações preferenciais classe "B" resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia é controlada por Webber Participações Ltda. que possui participação de 67,22%. **b. Ações em tesouraria:** A Companhia possui em tesouraria 207.740 ações preferenciais de sua própria emissão, adquiridas de acionistas retirantes durante o exercício de 2013 no montante de R\$ 2.000. **c. Reservas e transações de capital:** Corresponde ao valor do agio na emissão de ações constituído no ano de 2013. **d. Reserva para resgate de ações preferenciais:** Corresponde à reserva de 25% do resultado remanescente do exercício ao fundo de resgate de ações preferenciais classes "A" e "B", conforme previsto no estatuto social da Companhia. **e. Reserva de incentivos fiscais:** Saldo decorre de incentivo fiscal previsto no Programa de Desenvolvimento de Produtos Petroquímicos e Químicos do Estado do Rio Grande do Sul (PROPLAST), com base na Lei nº 9.829 de 05 de fevereiro de 1993 e Decreto nº 34.681/93 de 26 de março de 1993, que visava incentivar a ampliação e a instalação de novas unidades no Estado. O incentivo limitava-se a 50% e 75% do incremento do ICMS recolhido pela Companhia. **f. Reservas de lucros • Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. **19 Partes relacionadas: Honorários da administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia que inclui honorários, gratificações e benefícios variáveis, foi de R\$ 1.574 em 2017 (R\$ 1.095 em 2016). A Companhia não oferece para os administradores e para seus empregados benefícios por pagamentos baseados em ações. **Transações e saldos a receber e a pagar a partes relacionadas**

	2017		2016	
	Valor justo através do resultado	Custo amort. Total	Valor justo através do resultado	Custo amort. Total
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.943	5.943	2.307
Contas a receber de clientes	6	39.610	39.610	37.847
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	478
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	14	94.990	94.990	101.140
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-
Fornecedores	17	10.898	10.898	11.604
Adiantamento de clientes	-	4.712	4.712	5.075
<b>Total</b>	-	156.153	156.153	478

**b. Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5.943	2.307
Contas a receber de clientes	39.610	37.847
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	19	478
<b>Total</b>	45.572	40.632

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	2017	2016
Valores vencidos:		
Até 30 dias	1.040	2.372
31 a 60 dias	433	458
61 a 90 dias	145	1.204
91 a 180 dias	358	440

CONTINUAÇÃO>>>		Pisani Plásticos S.A. CNPJ: 87.833.737/0001-73 NIRE 43 3 00019870 - Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)									
Mais de 181 dias	2017 3.414	2016 3.355	Mais de 91 dias	2017 10.117	2016 9.081						fluxos de caixa estimados, quando aplicável, considera a taxa pré obtida através da BM&F Bovespa na data mais próxima a data da liquidação estimada do fluxo de caixa contratual. <b>Instrumentos financeiros derivativos:</b> O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte americano e variação da CDI foram obtidas a partir da BM&F Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima de vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. <b>22 Receita operacional</b>
A vencer:	14.579	13.165	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(630)	(616)						resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros. <b>27 Cobertura de seguros:</b> Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 222.608 para danos materiais, R\$ 3.200 para responsabilidade civil. <b>28 Programa de participação nos resultados:</b> A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participações nos resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 742 (R\$ 1.171 em 31 de dezembro de 2016). <b>29 Reapresentação das cifras comparativas:</b> As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são as primeiras demonstrações financeiras anuais de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). A data de transição é 1º de janeiro de 2016. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo o CPC PME nessa data. <b>(a) Custo atribuído de imobilizado:</b> Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e optou por mensurar certos itens de imobilizado e propriedades para investimento pelo valor justo em 1º de janeiro de 2016. A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação aos terrenos e propriedades para investimento. O laudo de avaliação dos imóveis realizados com base de 1º de janeiro de 2016, determinou o valor justo em R\$ 90.120 um aumento de R\$ 78.289 em relação ao valor contábil de acordo com as práticas contábeis anteriores, que totalizava R\$ 11.831. <b>(b) Lucros acumulados:</b> Todos os ajustes acima foram registrados em conta de lucros acumulados no patrimônio líquido na data de transição em 1º de janeiro de 2016. <b>(c) Efeitos da reapresentação:</b> Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:
Até 30 dias	9.659	8.153	Ajuste a valor presente	(692)	(880)						<b>Balço patrimonial</b>
31 a 60 dias	1.187	1.115	Total líquido	39.610	37.847						<b>31 de dezembro de 2016</b>
31 a 90 dias											<b>1º de janeiro de 2016</b>
			<b>c. Risco de liquidez:</b> A seguir, estão as maturidades contratuais								<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>
											<b>Aj.</b>
											<b>Reap.</b>
											<b>Orig.</b>